

MULHERES NA SALA DE AULA

Maria José Sílvia Bastos
Universidade Federal de Viçosa

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar o levantamento bibliográfico relacionado a história da educação e principalmente da história da educação das mulheres, tendo como foco de análise a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo de Viçosa/MG no período de 1917-1930. Tendo como objeto a Escola na esfera do ensino privado de Minas Gerais, a investigação é realizada ao olhar das fontes oficiais produzidas pela escola, tais como: atas de reuniões, correspondências oficiais, termos de visitas, livros de ata da fundação e atas de exames e promoções, aliadas a outras fontes disponíveis como o jornal local “A Cidade de Viçosa”.

Palavras-chaves: História da educação, mulheres, Escola Normal, Primeira República.

Women in the class

Abstract:

The goal of this work is to show a bibliographic research about school's and women's education history, having the Normal School Nossa Senhora do Carmo, in Viçosa/MG between 1917-1930, as analysis focus. Having the School in the range of private education in Minas Gerais as object, the investigation has been performed looking official fonts yielded from the school, like: minutes, official mails, books from foundation register and tests and promotion registers, allied with another available fonts like the local newspaper “A Cidade de Viçosa”.

Keywords: Education History, Women, Normal School, First Republic.

Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas na sociedade viçosense após a introdução das mulheres na sala de aula, em escolas dirigidas por freiras no início do século XIX. O período analisado é de 1917 a 1930. 1917 é a data da fundação da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, atualmente conhecida como Colégio Carmo, escola esta que é dirigida pela congregação das Carmelitas da Divina Providência, localizada no município de Viçosa-MG. O arquivo desta escola é minha principal fonte de pesquisa. Neste arquivo encontramos livros de correspondência, livros de inscrição para exames, termos de visita, atas de reuniões de professores e exames.

A sociedade da Primeira República é uma sociedade extremamente conservadora. O fato das mulheres ingressarem numa escola cuja função era formar profissionais da educação é uma questão muito relevante, surge a necessidade de compreender o que essa nova conduta de algumas mulheres causa naquela sociedade. As mulheres recebiam juntamente com a formação acadêmica, formação religiosa. Sendo assim este trabalho procura compreender o universo da sociedade da Primeira República, enfatizando o papel das mulheres dentro da escola e as mudanças ocorridas naquela sociedade a partir dessa nova função desempenhada pelas mulheres.

Quando analisamos o ensino em Minas Gerais após a Proclamação da República, percebemos que o ensino vai se tornando cada vez mais complexo, sofrendo a influência das reformas de âmbito federal: a orientação positivista, sob o ministro Benjamim Costant; o Código de Eptácio de 1901; a Lei Orgânica, de Rivadávia Correa, de 1911, de nefastas consequências, a Lei de Carlos Maximiliano, de 1915; a Rocha Vaz, de 1925; depois disto, veio a reforma Francisco Campos, seguida, anos depois, da Gustavo Capanema. O ensino ministrado nas escolas tinham como base as orientações dessas reformas.

Paulo Kruger Corrêa Mourão escreve, em 1962, o livro *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)*¹. Neste livro o autor faz uma análise detalhada da forma como se organizava e era ministrado o ensino em Minas Gerais nas escolas primárias, no curso Normal e nos cursos superiores. Para esse autor, o ensino em Minas Gerais era fortemente marcado pelas reformas realizadas no ensino em âmbito federal e também era dada ênfase ao local no qual as escolas estavam inseridas. O autor mostra uma diferença de currículo escolar entre as escolas urbanas, regionais e rurais. Com esse livro temos uma percepção geral da educação ministrada nas escolas do período. Além disso o livro traz o momento da criação das escolas nos municípios, e a importância do fato na localidade.

Maria Luisa Santos Ribeiro escreve, em 1978, *História da Educação Brasileira: a organização escolar*². Ocorre uma reedição do livro em 1991 na qual contém uma discussão ampliada do último período considerado, tendo como delimitação inicial o ano de 1955. Esse livro é mais abrangente que o primeiro, diferentemente de Paulo Kruger Corrêa Mourão preocupado com a utilização do máximo de documentação possível, fazendo uma análise mais de dados das escolas do que das relações humanas existentes nessas instituições.

Maria Luisa Santos Ribeiro retrata a história da educação no país desde a colonização até o ano de 1968. A preocupação da autora é compreender como se dão as determinações sócio-políticas na qual vão configurando a educação em diferentes momentos históricos. A autora tem a preocupação de buscar os motivos pelos quais a dominação capitalista provoca em países periféricos como o Brasil, uma exploração bem maior entre dominantes e dominados. Exploração esta que contribui, para a suavização desta contradição nos países capitalistas centrais, além de tentar demonstrar esse traço de dependência, tanto infra quanto superestruturais da sociedade brasileira acaba por reforçar ainda mais a função dissimuladora da ideologia liberal, dada a impossibilidade de concretização destes ideais mesmo no que diz respeito à parcela conseguida nos países centrais do sistema capitalista.

Para Maria Luisa Santos Ribeiro, para se chegar a uma compreensão da organização escolar brasileira, há uma necessidade de se ter uma visão da sociedade brasileira, na qual as escolas estão inseridas e estabelecem uma relação permanente. A autora julga essencial ter sempre presente esta relação, além de se estabelecer um movimento permanente entre os dois pólos: organização escolar e sociedade brasileira. Ela defende a tese na qual para se chegar a uma compreensão do fenômeno social, organização da educação brasileira, é necessário saber que ele é um dos elementos de superestrutura que, juntamente com a infra-estrutura, formam a estrutura social. O fator responsável pelas mudanças na organização escolar é para Maria Luisa S. Ribeiro a contradição, sendo esta contradição interior ao sistema, é o resultado dela ter a função de atender a uma determinada clientela (quantidade) e atendê-la bem (qualidade). Neste trabalho a autora faz um estudo considerando dois elementos mediadores na solução da contradição, qualidade X quantidade, presentes na organização escolar brasileira: os recursos financeiros e a teoria educacional.

Margareth Rago escreve em 1985 *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*³. Neste livro a autora não está tratando da educação, mas do papel da mulher na sociedade da Primeira República. A autora, mostra a preocupação daquela

sociedade de manter a mulher dentro de casa, cuidando do lar, dos filhos e do marido, a preocupação existente em educá-la não era para que ela exercesse uma profissão, mas sim para torná-la mais apta a exercer sua função essencial, a carreira doméstica. A autora trabalha com o simbolismo construído com a figura da mulher.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido.⁴

Na visão dos anarquistas e da sociedade da Primeira República o pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. A imagem da “mãe-sacrifício” e da “criança-inocência” se completam numa mesma construção simbólica. Margareth Rago analisa a posição da mulher dentro dessa sociedade, mostrando que elas não eram tão submissas assim, seus argumentos se baseiam em muitas mulheres, muitas delas anarquistas, que nesse período paralisavam fábricas, manifestavam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, ocupam bondes e esbofeteavam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe. São construídas duas imagens femininas que se contrapõem, de um lado uma mulher submissa, não sabe como lutar, e de outro uma figura combativa, sai às ruas e enfrenta sem reservas as autoridades públicas e policiais. Portanto ao lado da tradicional representação da mulher submissa, emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, figura, na opinião da autora, empenhada na luta pela transformação de sua realidade cotidiana, apesar de todo discurso médico da época no qual conduziam a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade.

A análise de Margareth Rago é mais específica quanto ao papel da mulher dentro da sociedade da Primeira República. Diferentemente dos dois primeiros autores que retratam a educação no seu âmbito geral, o primeiro trata da instituição escolar e o segundo do ensino desenvolvido nessa instituição. Margareth Rago apesar de não tratar do ensino, nem da instituição escolar, retrata um agente do período no qual estes autores estão contemplando em suas obras, nos possibilitando uma visão mais ampla do papel da mulher na sociedade da Primeira República.

Já Mary Del Priore organiza o livro *História das Mulheres no Brasil*⁵, publicado 1994. Neste livro pretende contar a história das mulheres enfocando-as através das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas.

Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante.⁶

Dois capítulos deste livro em especial são relevantes ao tema deste projeto: “Mulheres na sala de aula” de Guaracira Lopes Louro e “Freiras no Brasil” de Maria José Rosado Nunes. O primeiro referente a Mulheres na sala de aula nos ajuda a compreender como se dá esse processo de saída da mulher do lar para frequentar a sala de aula. A autora utiliza bastante do escrito de Nísia Floresta *Opúsculo humanitário*, escrito em 1853, no qual sua autora denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada.

Guaracira Lopes Louro parte na sua análise da diferenciação do ensino ministrado para meninos e dos ministrados para meninas. Para ambos os sexos, os primeiros ensinamentos consistiam em aprender a ler, escrever e contar, saber as quatro operações e as noções da doutrina cristã, mas a partir daí apareciam as distinções, para os meninos era ensinado noções de geometria, para as meninas noções de bordado e costura. Nesse período, início do século XX, um discurso ganhava a hegemonia e parecia, segundo a autora, aplicar-se a muitos grupos sociais: “(...) as mulheres deviam ser mais educadas do que instruídas”⁷, ou seja, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, a constituição do caráter, considerando suficientes, provavelmente, doses pequenas de instrução. Pois a mulher precisa ser, segundo a mentalidade da época, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, pois era ela a responsável pela educação das gerações futuras.

Segundo Guaracira L. Louro o abandono da educação desde o início do império, vinculava-se a falta de preparação de professores e professoras, para resolver o problema são criadas em meados do século XIX as Escolas Normais para formação de docentes. O trabalho dessa autora pretende mostrar que com o passar do tempo essas escolas irão formar mais mulheres do que homens. Os argumentos da autora são relacionados ao processo de urbanização e industrialização através do qual ampliavam as oportunidades de trabalho para os homens; à identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas; e a atração das jovens para o magistério por necessidade financeira ou por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, sendo cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. Guaracira L. Louro afirma: “Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, o catolicismo, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo.”⁸

Guaracira L. Louro nós dá uma visão da mulher se inserindo na sala de aula, mostrando a existência de uma mudança dentro daquela sociedade. A sociedade está mudando e a mulher também, nos permitindo com sua análise repensar a sociedade da Primeira República, o impacto que tal mudança que começou mais precisamente no século XIX, causou na sociedade do início do século XX.

Analisando as Escolas Normais da época observamos que grande parte delas são dirigidas por congregações religiosas colocadas a frente da instrução das futuras professoras primárias.

No capítulo escrito por Maria José Rosado Nunes com o título “Freiras no Brasil”, a autora retrata o papel das religiosas na educação das jovens normalistas e os fatores que levaram as religiosas a estar a frente deste processo. Para essa autora, fora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era “do lar”. O argumento da autora se baseia no fato das freiras, por serem religiosas, podiam ser professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, sem lhes ser exigido nenhum tipo de diploma. Com o interesse da igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil, das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja.

Com a análise de Maria José Rosado Nunes um outro elemento aparece em cena: as religiosas passam a ocupar lugar de destaque na direção das escolas para mulheres. Influenciando o comportamento dessas mulheres que estão inseridas nessas instituições escolares.

Já Marcos Cezar de Freitas apresenta uma análise totalmente diferente das demais, ele organizou o livro *História social da infância no Brasil*⁹, publicado em 2001, retratando a

infância no país, dando ênfase a educação recebida pelas crianças logo após a Proclamação da República. Um dos capítulos do livro é escrito por Carlos Monarcha “Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da praça e a construção de uma imagem de criança”. Este autor aborda o papel da construção arquitetônica das Escolas Normais após a Proclamação da República, para Carlos Monarcha o prédio das escolas sempre grandes e construídos no centro da cidade tinha o objetivo de demonstrar o valor que aquela sociedade dava a educação, toda a arquitetura era rica em significado.

A escala monumental, a elegância severa e a sobriedade na decoração do edifício sugerem reciprocidade entre grandeza dimensional e grandeza moral: a arquitetura transforma-se em pedagogia eloquente que ensina aos indivíduos os princípios da sociedade perfeita. Dessa maneira, os instituidores da República acrescentam imagens às idéias.¹⁰

Carlos Monarcha baseia sua análise na recente Proclamação da República e com isso na necessidade de mudanças daquela sociedade, que precisavam ser vistas pela população. As escolas sendo construídas no centro das cidades traziam a idéia da instrução, mesmo nem todos tendo acesso a ela, criava-se a expectativa do novo, da instrução na qual poderia mudar a vida da população, trazendo o progresso àquela localidade.

Após a Proclamação da República percebemos muitas mudanças relacionadas ao ensino no país, as Escolas Normais começaram a ser criadas em meados do século XIX, mas é no início do século XX que vemos elas se multiplicarem pelo país. Havia Escolas Normais destinadas para rapazes e outras escolas destinadas para moças, poucas eram as escolas mistas, mas como já foi dito, desde o início do século o número de mulheres que ingressam nessas escolas é muito superior ao número de homens.

A análise de Carlos Monarcha é essencial a partir do ponto que nos deparamos com o prédio da escola contemplado nessa pesquisa. Um prédio enorme, que se destaca das demais construções, localizado no centro da cidade, possuindo grandes corredores expressando bem as relações existentes dentro da escola.

Na cidade de Viçosa, local da minha pesquisa, vemos em 1914 a concessão ao Ginásio de Viçosa das mesmas regalias das Escolas Normais Regionais, e em 1917 a escola passa para o controle da Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, passando a se chamar Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, escola essa que tinha como função formar professoras primárias. A sociedade da Primeira República é uma sociedade extremamente conservadora. As mulheres recebiam juntamente com a formação acadêmica, formação religiosa.

Esse trabalho tem como fonte principal o arquivo da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, uma documentação oficial, produzida na sua maioria pela própria instituição. Instituição dirigida por freiras, uma escola católica, só para mulheres

Paulo Kruger Corrêa Mourão para escrever seu livro *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)*¹¹, utiliza como fonte principal documentos oficiais produzidos nas primeiras décadas da república pelo ministério da Educação visando a regulamentação do ensino no estado de Minas Gerais, sobre educação no período há muitas publicações e dados impressos, coleção de leis, jornais, revistas técnicas, conclusões de congressos de ensino de onde pode-se obter elementos para a história da Instrução, a partir de 1889. O autor utiliza essas fontes disponíveis no Arquivo Público Mineiro, com o objetivo de trazer para o leitor todos os passos percorridos pelo sistema educacional do período, enfatizando todas as reformas de ensino realizadas no período, as mudanças que elas trouxeram para o ensino ministrados nas escolas no estado de Minas Gerais.

O procedimento utilizado por Paulo Kruger Corrêa Mourão é apresentar resumidamente como estava o ensino nos últimos anos do império e a partir desse ponto ele inicia apresentando a primeira mudança sofrida pelo ensino depois da Proclamação da República, que foi a reforma do ensino primário de 1892, descrevendo como era ministrada a educação a partir dessa mudança. O procedimento do autor é sempre este, apresentar a reforma do ensino, demonstrando como vai se dar a aprendizagem nas escolas do período a partir das mudanças da lei, promovidas pelo ministro da educação.

O autor também tem a preocupação de trazer para seu texto a quantidade de escolas do período, o público atendido por essas escolas, e como era o processo de criação de novas escolas, sempre utilizando dados oficiais.

Mary Del Priore no livro *História das Mulheres no Brasil*,¹² prioriza textos de autores que utilizam como fontes a mídia, os documentos produzidos pelos sindicatos, pelos movimentos sociais, revistas direcionadas para mulheres, enfim uma vasta documentação na qual é retratada a mulher dentro da sociedade. No capítulo escrito por Guaracira Lopes Louro, “Mulheres na sala de aula”, a autora utiliza como fonte discursos oficiais sobre a educação após a independência do país, juntamente com a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado inculto e primitivo, mostrando através dessas fontes como era ministrado o ensino nessa época, enfatizando a entrada da mulher dentro da sala de aula, não só como aluna, mas como professora primária, normalista. Sempre trazendo dados a autora traça o perfil das mulheres da época que passam a assumir a função de educar as crianças, não só como mães, mas como professoras.

No capítulo escrito por Maria José Rosado Nunes, “Freiras no Brasil”, a autora utiliza de bibliografias nas quais é retratada a presença das religiosas no país, e o papel que elas desempenharam desde o período colonial, até o século XX. Mostrando a diferença do papel desempenhado por elas durante cada período da nossa história. Na colônia ir para um convento não era uma tarefa fácil, só em 1677 é criado na Bahia o primeiro convento de mulheres no país, o convento de Santa Clara do Desterro. Com o passar do tempo cada vez mais conventos foram criados, principalmente após a vinda da família real portuguesa para o Brasil. As religiosas eram as mulheres que desempenhavam maiores funções dentro do país, por serem religiosas elas podiam ensinar a ler e escrever, podiam trabalhar como ajudantes de médicos, eram menos submissas aos homens. A autora demonstra que cada vez mais religiosas de diferentes congregações vieram para o país e começaram a assumir o ensino ministrado para mulheres no país.

No livro *Tempos de Capanema*¹³ seus autores escrevem o livro tendo como base o arquivo Gustavo Capanema, depositado no CPDOC em 1980. O primeiro capítulo do livro trata do ambiente político e intelectual de Minas Gerais na década de 1920 e durante o Governo Olegário Maciel, quando G.Capanema ingressa na vida pública e aspira, por algum tempo, à sucessão do governo estadual. Fica claro, neste trecho do livro que as esperanças postas na educação naqueles anos eram muito grandes, e todos esperavam à sua maneira, que o ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado Nacional. Gustavo Capanema só entra na vida política nos anos 30, como secretário do Interior, mas a preocupação dos autores é demonstrar que dos anos 20 até o fim do governo Vargas os intelectuais e os políticos estavam muito interligados, o próprio Capanema foi professor durante um bom tempo na Escola Normal da cidade de Belo Horizonte, e pouco depois se torna Ministro da Educação.

O procedimento utilizado pelos autores é através do material encontrado no arquivo sobre a vida pública e particular de Gustavo Capanema mostrar a sua influência na política e

na educação do país, demonstrando como essas duas áreas estão interligadas desde os anos 20 até o fim do governo Vargas em 1945.

Podemos constatar isso nas fontes encontradas no arquivo da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo.

Carta do prefeito da cidade a congregação Carmelita da Divina Providência:

Viçosa, 6 de agosto de 1916.

Excelentíssima Irmã Bernadete,

Aproveito o ensejo para comunicar a Vossa Excelência que temos desejo de transferir a nossa Escola Normal, que funciona aqui na forma de externato e é comparada as oficiais, a alguma congregação religiosa que teria o nosso apoio e auxílio e a receberia sem ônus, podendo dar-lhe a forma de internato, aliás condição para a sua prosperidade.

Não aceitaria Vossa Excelência essa transferência?

Emílio Jardim de Resende¹⁴

Marcos Cezar de Freitas organiza o livro *História da Infância no Brasil*¹⁵, um dos capítulos do livro é escrito por Carlos Monacha “Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da praça e a construção de uma imagem de criança”. Este autor tem como fonte principal de análise a construção arquitetônica das escolas normais após a Proclamação da República. Para Carlos Monacha o prédio das escolas sempre grandes e construídos no centro da cidade tinha o objetivo de demonstrar o valor que aquela sociedade dava a educação, toda a arquitetura era rica em significado. É com esses significados do prédio das escolas, com a forma como estão distribuídos, que o autor direciona seu texto, mostrando a importância das construções no início da República.

A minha pesquisa tem como fonte principal, como já foi dito, o arquivo da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo. No ano de 2005 o nome da escola foi alterado, sendo atualmente Colégio Carmo. O nome foi alterado porque a partir do ano de 2005 o Curso Normal foi extinto. O arquivo da escola é muito rico em documentação, da fundação até os anos 30, período desta pesquisa, encontramos: Livros de correspondência – 1914 à 1931, livro de inscrição para exames - 1914 à 1939, atas de exames – 1914 à 1939, atas de exames e termos de promoção – 1914 à 1918, médias bimestrais – 1914 à 1918, livro de fundação, correspondência e relatórios – 1917 à 1930, termos de visitas, atas de exames e promoções – 1818 à 1921, atas de promoção e exames – 1921 à 1929, atas de exames e promoções – 1929 à 1936, atas de reuniões de professores – 1928 à 1938, livro de matrícula do Curso Normal – 1914 à 1939. Além dessa documentação oficial produzida pela escola, todas elas são manuscritas, temos também algumas fontes impressas que são : alguns exemplares do jornal “A Cidade de Viçosa”, jornal que circulava na cidade, e temos também o jornal “Luz do Carmelo” produzido pela Congregação das Carmelitas da Divina Providência, congregação da qual as freiras que estavam e estão a frente da escola faziam parte.

A maior parte da documentação foi produzida com um caráter oficial, portanto faz-se necessário compreender a finalidade da produção dessa documentação. No livro de correspondência encontramos cartas das freiras que dirigiam a escola para a superiora da Congregação que se encontrava em Cataguases, sede da congregação, a quem as freiras do colégio deviam obediência. Todas as decisões passavam pela aprovação da superiora para depois serem colocadas em prática. Além da madre superiora da congregação as freiras também deviam obediência ao bispo da diocese de Mariana, neste período o bispo era D. Helvécio Gomes de Oliveira. Todas as decisões do colégio também eram levadas ao

conhecimento e aprovação do bispo, no arquivo encontramos muitas cartas direcionadas a ele, e dele para a escola.

Carta da madre superiora da Congregação ao Arcebispo de Mariana, expedida no dia 30 de junho de 1930.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana,

Comunico a Vossa Excia. e Revdma. Que o senhor senador Artur da Silva Bernardes quer tornar oficial a nossa escola e já está dando providências para a instalação seja dentro da primeira quinzena de julho.

O fim principal da criação da Escola Oficial em Viçosa é a elevação da dita escola à categoria de segundo grau, o que se fará no próximo ano, se Deus quiser, cabendo este privilégio à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo.

Pedido da madre que diga o que deve ser feito.

Irmã Santa Face¹⁶

Neste livro de correspondência também encontramos várias cartas dos políticos da cidade, dentre eles estão Emílio Jardim e Artur da Silva Bernardes, ambos responsáveis diretamente pela vinda da congregação para a cidade de Viçosa com o objetivo de assumir a Escola Normal de Viçosa. As cartas direcionadas a políticos não se resumem apenas ao período de fundação da escola, mas também durante toda a gestão do período compreendido nesta pesquisa, fica claro a influência destes políticos na manutenção da escola, encontramos cartas de pedidos de equipamentos para melhorar o laboratório da escola, cartas de convite da escola para estes políticos com o objetivo de fazer na escola homenagem a eles.

Temos também cartas da inspetoria de educação analisando o currículo, os termos de promoção, o horário, enfim toda a estrutura de ensino da instituição, tinha que ser aprovado pelo Ministério da Educação, mas para se chegar ao conteúdo e mais precisamente a forma de ensino todos os dados eram direcionados a madre superiora e ao bispo. A instituição escolar estava profundamente ligada a moral e a disciplina católica, e isso é fácil de perceber ao analisar não só o livro de correspondência, mas também os termos de visitas, as atas de exames e de promoção, além das atas de reuniões de professores.

Percebe-se que havia uma preocupação muito grande de possuir todas as informações ligadas a escola anotadas em atas, o que facilita muito a pesquisa sobre a instituição. Os jornais encontrados sobre a época retratam a escola como uma instituição cuja função era formar as jovens da cidade na doutrina cristã, e na sua conduta, tornando-se jovens prendadas.

A escola atendia na sua maioria a elite da cidade, pois a escola era particular, só quem possuía recursos financeiros poderia mandar suas filhas para a instituição, percebemos a partir dessa análise mais aprofundada o perfil da elite da cidade.

O jornal “A Cidade de Viçosa” anuncia a abertura das matrículas para a escola recém inaugurada na cidade. “A matrícula para as internas do curso normal é 540\$00.”¹⁷

O procedimento dessa pesquisa se baseia na análise dessa documentação e a partir dela compreender as relações sociais daquela sociedade, priorizando a instituição de ensino que tinha como função formar mulheres, a educação recebida por essas para mulheres na sociedade da Primeira República, o que muda nessa sociedade com a saída dessas mulheres do lar para um colégio, analisando a influência da religião e da política nesse processo.

Há a necessidade de compreender as reformas da educação abordadas por Paulo Kruger Corrêa Mourão, pois são elas que direcionam o ensino no estado de Minas Gerais. É essencial traçar um perfil da mulher na sociedade da Primeira República, perceber como se dá

esse processo de inserção da mulher na sala de aula, como possíveis formadoras das crianças do país, além de compreender o papel da religião nesse processo e também necessário compreender da influência política em todo nesse processo, que é exatamente o que os autores do livro *Tempos de Capanema*¹⁸ fizeram na sua obra.

A arquitetura da escola também é muito marcante, os corredores são extensos, as paredes muito altas, imponentes, a escola fica no centro da cidade, informações que nos ajudam a compreender a função dessa escola dentro da sociedade da primeira república.

Fontes e bibliografia

Fontes

Manuscritas: Arquivo da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (atual Colégio Carmo), localizado em Viçosa, Minas Gerais.

Ata 1 – Livro de correspondência – 1914 à 1931.

Ata 2 – Livro de inscrição para exames – 1914 à 1939.

Ata 3 – Atas de exames – 1914 à 1949.

Ata 4 – Atas de exames e termo de promoção – 1914 à 1918.

Ata 5 - Medias bimestrais – 1914 à 1918.

Ata 6 - Livro de Ata da fundação, correspondência e relatórios – 1917 à 1930.

Ata 7 - Termos de visitas.

Ata 8 - Atas de exames e promoções – 1918 à 1921.

Ata 9 - Atas de exames e promoções – 1921 à 1929.

Ata 10 - Atas de reuniões de professores – 1928 à 1938.

Ata 11 - Atas de exames e promoções – 1929 à 1936.

Ata 25 – Matrícula de 1914 e 1915, atas da Escola Normal, sinótico e cópia de diplomas 1914 à 1940.

Ata 31 - Livro de matrícula do Curso Normal – 1914 à 1939.

Ata 36 – Sinótico de 1929 à 1933.

Impressas encontradas no Arquivo da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo.

Alguns exemplares do jornal “A Cidade de Viçosa”. Jornal que circulava na cidade, anos de 1917 à 1930.

Jornal “Luz do Carmelo”. Jornal da congregação que circulava na escola.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada 3: Da renascença ao século das luzes*. Organização Roger Chartier, tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BERGO, Antonio Carlos. *Darwinismo Social e Educação no Brasil*. Campinas, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – UNICAMP, 1993.

- BLAY, Eva Altterman. *Mulher, escola e profissão: um estudo do ginásio industrial feminino na cidade de São Paulo*: Companhia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Federal Paulista, 1992.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CADERNOS DO AEL (Arquivo Edgar Leuenroth), *Mulher, História e Feminismo*, Campinas, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLE, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª edição, 2002.
- CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. “Diferenças entre sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagú*. Campinas, n.º 4, 1995.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- DUBY, George & PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade* (3vol.), Rio de Janeiro, Graal, 1976-1985.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 2001.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1990.
- GUIMARÃES, Selva. *500 anos de educação no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. “Pensar categorias em história da educação e Gênero.” *Projeto História*, São Paulo, n.º 11, novembro 1994.
- LOURO, Guaracira Lopes. “Uma Leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero”. *Projeto História*, São Paulo, n.º 11, novembro 1994.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Editorial S.A, 1979.
- NAGLE, Jorge. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ONFRAY, Michel. *A escultura de si*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- PEDRO, J.; M. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis, Ed. das Mulheres, 1999.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, repensar a história*. Campinas, IFCH- unicamp, 2000. (Coleção Idéias, 2).

RAGO, Margareth. *O feminismo no Brasil: utopias da emancipação feminina*. Campinas, Relatório Final de Pesquisa, 1998. Mimeo.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1991.

ROSEMBERG, Fulvia et alii. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Gçobal, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam*. Buenos Aires, Tridente/ FAPESP/

¹ MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)*. São Paulo: Cortez, 1962.

² RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1991.

³ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴ Ibid. p.65.

⁵ DEL PROIRE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶ Ibid. p. 9

⁷ LOURO, Guaracira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PROIRE, Mary. Op cit. p. 446.

⁸ Ibid. p. 447

⁹ FREITAS, Marcos Cezar de. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 2001.

¹⁰ MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de. Op cit. P. 112.

¹¹ MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República(1889-1930)*. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Minas Gerais, 1962.

¹² DEL PROIRE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

¹³ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

¹⁴ Ata 1 – Livro de Correspondência – 1914 à 1930, pertencente ao arquivo particular do Colégio Carmo.

¹⁵ FREITAS, Marcos Cezar de. *História da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 2001.

¹⁶ Ata 6 – Livro de Ata de fundação, correspondência e relatório- 1917 à 1930, Arquivo particular do Colégio Carmo.

¹⁷ Jornal *A Cidade de Viçosa*, 1917.

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 1984.